

A AUTO-REPRESENTAÇÃO DOS MÉDICOS NAS TESES SOBRE EPILEPSIA – 1859 - 1906

Aluno: Rebecca Coscarelli Cardoso Bastos

Orientador: Margarida de Souza Neves

Introdução

Este estudo sobre a auto-representação dos médicos brasileiros nas teses sobre a epilepsia produzidas nas Escolas Médicas brasileiras entre 1859 e 1906 tem como referência o projeto de pesquisa “Ciência e Preconceito: uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro”, desenvolvido no Departamento de História. É possível observar através desse foco o papel atribuído a si mesmo pelo médico, que se vê como um homem de ciência, mas também como um agente de ordenação da sociedade.

A epilepsia, desconcertante em suas manifestações e ainda não dominada pelo conhecimento médico da época, acabava por ser associada à desordem dos corpos físicos e do corpo social, desordem essa que para os grupos dirigentes, nos quais se incluíam os médicos, deveria ser controlada em todas as suas manifestações. Para que tal controle se efetivasse havia controvérsias, porém, uma coisa era certa: a ciência e, nela, a medicina tinha um lugar de destaque no ordenamento e no progresso da sociedade brasileira.

Objetivos

Verificar, através do viés tão particular que se apresenta nas teses médicas sobre a epilepsia, como os médicos se viam e se representavam a si próprios, como sustentavam sua autoridade científica ao tratar de uma doença que não podiam controlar ou curar, e como relacionavam a medicina com a ordenação da sociedade.

Metodologia

A historiografia sobre o período e sobre a história da medicina no Brasil mostra, por um lado, a recorrência da questão da ordem na sociedade brasileira e, por outro, a constituição da medicina como campo científico e a afirmação do lugar dos médicos no universo letrado e no cenário político e social brasileiro e, em especial dos centros urbanos.

A epilepsia, assim como a prostituição, a sífilis, o alcoolismo e alguns outros fatores estigmatizantes, passa a fazer parte do que é denominada a cidade doente. A *cidade doente*, contrapondo-se ao que era visto como a *cidade civilizada*, e passava a ser inimiga do projeto ordenador e de construção do progresso próprio do período [1]. Dessa maneira, o médico toma para si o dever e a obrigação de contribuir, pela ciência, para o progresso e, pela prática médica, para a ordenação dos corpos e da sociedade.

As teses médicas fazem parte do ritual que transformava o estudante das Escolas Médicas em profissional médico. Consideradas como documentos de um rito de passagem, a análise de seu conteúdo, de sua lógica textual e de seu para-texto, pode fornecer elementos para a construção de uma metodologia de análise de conteúdo que permita identificar, num primeiro movimento, como o médico construía os argumentos de sustentação de sua autoridade científica.

Num segundo movimento, essa documentação permite destacar os elementos da auto-representação do médico através de observações que remetam a sua função social, seu perfil profissional, sua atuação junto aos doentes e seu poder de cura. No caso da epilepsia, essas

representações deverão se enfrentar com a impotência da medicina da época em relação à doença, que desafiava o saber médico da época, o que torna ainda mais relevante a busca da auto-representação do médico nessas teses.

Num terceiro movimento, a análise das teses e, principalmente, dos artigos médicos sobre a epilepsia permitirão constatar como o médico verá sua atuação no âmbito privado da relação médico-paciente e na relação com o Estado em questões relativas à saúde, uma vez que se verifica, no período, uma modificação na maneira de ser médico nessa sociedade. Com mudanças intrínsecas na própria prática profissional, a especialização e a tecnificação cada vez maiores do conhecimento e com a interferência cada vez maior do Estado no controle social, inclusive na área de saúde, a classe médica se viu em uma situação de desconforto. A intervenção do Estado passaria a ter simultaneamente o poder de ampliar e de reduzir o mercado de trabalho para a classe médica [2].

A análise textual das teses e artigos permite identificar indícios que situam a epilepsia como um campo fértil para entender o entrecruzamento das coordenadas científicas, com aquelas que revelam os padrões moralizantes que parecem presidir a ordem privada e as medidas coercitivas que procuram preservar a ordem pública.

Do ponto de vista teórico, o conceito de representação, tal como formulado por Roger Chartier [3] adquire especial relevância, uma vez que, segundo este autor, as representações fornecem uma organização conceitual ao mundo social ou natural, e constroem a realidade apreendida e comunicada.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a análise textual das teses e de alguns artigos médicos permitirá realizar os três movimentos analíticos acima citados.

Conclusões

Este estudo permite concluir, no atual estágio da pesquisa, a importância da classe médica para a realização de um determinado projeto civilizador que associa a ordem ao progresso e subordina o segundo termo ao primeiro. Associada à desordem física dos corpos por suas manifestações e à desordem das ruas quando os doentes com epilepsia eram vítimas de uma crise em público ou não podiam ser reclusos pelas próprias famílias, a epilepsia era um desafio à ciência médica, que então se afirmava, e à ordem pública, sendo objeto de ações que envolviam médicos, famílias e as instituições de segurança e ordem do Estado.

Permite igualmente concluir que, a despeito da impotência do conhecimento médico do período em relação à epilepsia, as teses médicas que tomam por tema esta doença são reveladoras de uma auto-representação dos médicos que respalda seu prestígio social no discurso científico ao situar a doença e o doente com epilepsia no campo da degenerescência física, moral e social.

Referências

- 1– ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: editora brasiliense, 1989.
- 2 – PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2001.
- 3 – CHARTIER, Roger. *A História cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1988.